

O autor apresenta as opções ou orientações eclesiológicas que a CNBB foi tomando ao longo dos seus cinquenta anos. Partindo dos elementos históricos da fundação da Conferência (1952), analisa os elementos sócio-culturais e eclesiais que, na década de 60, possibilitaram o emergir da onda comunitária. Esse fato vincula-se com a difícil situação enfrentada pela sociedade brasileira durante o governo militar e a opção profética da Igreja no Brasil por libertação e justiça, expressa, sobretudo, pela opção pelo povo pobre e pelo interior esquecido. Daqui, desenvolve-se uma eclesiologia conseqüente com as opções do episcopado latino-americano nas assembléias de Medellín (1968) e Puebla (1979), explicitada por uma evangelização libertadora. Mas nos anos 90, a sociedade apresenta novas características, que constituem os novos desafios para a Igreja. Nesse quadro, os novos desafios somam-se aos problemas não resolvidos, como a questão do casamento dos padres e a relação entre ministros ordenados e não ordenados. Mudanças na sociedade, na Igreja e na estrutura interna da própria CNBB (como a renovação do episcopado e o novo Estatuto) mostram o momento atual caracterizado pela expectativa e perplexidade. É difícil responder a interrogações como: manterá a CNBB a fidelidade às opções eclesiológicas dos anos 70-80? Qual será a eclesiologia assumida? Que rumos a nova geração dará à CNBB? Temos, por enquanto, as interrogações...

A CNBB e a Eclesiologia ao longo de cinquenta anos (1952-2002)

Alberto Antoniazzi



Tratar da “eclesiologia da CNBB”, como me foi proposto, é uma tarefa demasiadamente grande para o tempo e o espaço de que disponho. Por isso, prefiro falar de “A CNBB e a eclesiologia”, limitando-me a sugerir as opções ou orientações eclesiológicas que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, foi tomando ao longo dos cinquenta anos. Não tenho a pretensão de ser exaustivo, mas apenas procuro apontar fatos significativos.

1. A fundação da Conferência (1952)

A CNBB foi fundada, como se sabe, em 14 de outubro de 1952¹. O principal autor da idéia e dos passos necessários à constituição da Conferência foi Dom Helder Câmara². Ele se inspirou na experiência e se apoiou, de fato, no pessoal e nas estruturas já existentes da Ação Católica, a primeira organização católica de cunho realmente nacional.

Está implícito neste ato uma eclesiologia, que não é a eclesiologia “universalista” então predominante, na forma da eclesiologia da Igreja “sociedade perfeita”, que se coloca acima dos Estados (modernos). As Conferências Episcopais nascem quando o episcopado de um País se acha diante de um Estado liberal, separado da Igreja, que não reconhece mais a superioridade desta e não admite a religião católica como “religião de Estado”. Ao contrário, num regime de liberdade religiosa, considera a Igreja Católica uma das tantas religiões que os cidadãos podem escolher.

A primeira Conferência Episcopal foi fundada na Bélgica em 1830, exatamente após a revolução “liberal” que deu independência àquele País. Seguiram a Conferência Episcopal da Alemanha (1848, ano de outras revoluções liberais), da Áustria (1849), dos Países dominados pela Áustria (mas cujos bispos se reuniram separadamente: Hungria e Lombardia, seguida por outras regiões italianas), da Irlanda (1854), etc.³.

No Brasil, depois da proclamação da República (1889) e da quase imediata separação de Igreja e Estado (janeiro de 1890), houve reuniões de

¹ Para notícias históricas sobre esta fundação, cf. Gervásio Fernandes de QUEIROGA, *CNBB – Comunhão e Corresponsabilidade*, Edições Paulinas, S. Paulo, 1977, 503 pp. E, mais brevemente, a conferência de dom Ivo LORSCHTEITER, *Jubileu de Ouro da CNBB*, apresentada na 40ª Assembléia Geral da CNBB (Itaici, 10 a 19 de abril de 2002).

² Cf. Nelson PILETTI – Walter PRAXEDES, *Dom Helder Câmara. Entre o poder e a profecia*. Ática, S. Paulo, 1997, p. 178-198; Marina BANDEIRA, *A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1964)*. Voze/EDUCAM, Petrópolis/Rio de Janeiro, 2000, p. 220 ss.

³ Cf. Giorgio FELICIANI, *Le Conferenze Episcopali*. Bologna, Il Mulino, 1974, 592 p. (cf. especialmente p. 15 e ss.).



Bispos, cartas coletivas e até um Concílio Plenário brasileiro (1939), mas só em 1952 se deram as condições para criar a estrutura estável e permanente de uma Conferência Nacional. É significativo que isto aconteça num momento em que o Brasil reforça sua unidade nacional e estabelece de fato relações mais intensas entre estados e províncias até então bastante afastados. A política de Getúlio Vargas (1950-54) e sobretudo de Juscelino Kubitschek (1955-60), cujo símbolo será Brasília, mostra com evidência o ideal nacionalista daquele momento.

Do ponto de vista eclesiológico, é significativo que os Bispos – fundando a Conferência – caminhem de fato para um exercício da colegialidade episcopal, que será fundamentado e incentivado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) com a constituição “*Lumen Gentium*”, e para uma presença da Igreja na sociedade, que a “*Gaudium et Spes*” orientará. Além disso, é claro que a Conferência Nacional se volta para a Igreja local, com suas próprias especificidades, deixando em segundo plano uma visão demasiadamente abstrata e geral da Igreja, centralizada em Roma.

Um dos primeiros frutos da organização da Conferência é a adoção da “pastoral de conjunto” e do “planejamento pastoral”, novidades dos anos ’50 e ’60, incentivadas pelo Papa João XXIII, mas já de algum modo por Pio XII⁴. No Brasil, a CNBB publica em 1962 o “Plano de Emergência”⁵.

2. A “onda” comunitária

Novas mudanças aparecem nos anos ’60, uma década particularmente dinâmica na história da Igreja Católica, mais ainda no Brasil⁶. Elas estão ligadas a diversos fatores, mas dois me parecem particularmente decisivos no amadurecimento de uma nova concepção da Igreja. Trata-se de uma *mudança interna*, da mentalidade dos católicos, e de uma *mudança externa*, do quadro político brasileiro, que estimula a Igreja a se livrar da “concordata moral” e da “aliança tácita” com o Estado, para recuperar sua liberdade profética.

⁴ Sobre os primeiros passos dessas inovações, veja Fr. HOUTART, *Pastoral de Conjunto e Plano de Pastoral*, “Concilium” (ed. portuguesa), 1965/3, p. 21-34.

⁵ Publicado no Caderno nº 1 da CNBB, Livraria Dom Bosco, Rio de Janeiro, 1962. Maiores notícias em Maria Carmelita de FREITAS, *Uma opção renovadora. A Igreja no Brasil e o Planejamento Pastoral*. Loyola, S. Paulo, 1997, 472 p. (cf. p. 95-137). Da mesma Autora, são relevantes as reflexões sobre as implicações teológicas do planejamento pastoral, desenvolvidas principalmente no item 4 do “balanço” de duas décadas de planejamento (cf. p. 379-401 da mesma obra).

⁶ Parafraçando o “slogan” de Juscelino Kubitschek (“cinquenta anos em cinco”), poder-se-ia dizer que a Igreja no Brasil, nos dez anos entre 1960 e 1970, avançou cem...



Uma nova orientação eclesiológica, que no Brasil adquiriu um relevo muito especial e marcante, dá-se nos anos '60, com aquilo que alguns chamaram a "onda comunitária". Trata-se de uma tendência comum ao catolicismo nos anos que seguem imediatamente o pontificado do Papa PIO XII (V1958). Em reação à concepção vigente da Igreja, estritamente institucional, não poucos católicos reivindicam um retorno à Igreja das origens, às pequenas comunidades fraternas, em que os fiéis são ativamente co-responsáveis pelo testemunho apostólico e pela missão da Igreja⁷. O fenômeno é tanto mais notável enquanto não se situa ao nível da reflexão teológica ou dos documentos oficiais, o que poderia expressar apenas a tomada de consciência de um pequeno grupo de eclesiásticos ou de intelectuais da Igreja, mas se difunde como uma nova mentalidade no meio das massas dos católicos e aparece em múltiplas formas de expressão (novos movimentos, novas tendências de velhas associações, reinterpretação da tradição etc.) da mentalidade e do sentimento coletivo⁸.

No Brasil, como se sabe, isto dará origem às comunidades eclesiais de base (CEBs).

Não é o caso de contar aqui a história das CEBs, nem descrever sua eclesiologia, o que muitos já fizeram⁹. O importante é ressaltar que, segundo pretendem seus promotores, estamos diante de um "modo novo de ser Igreja".

Em linhas gerais, percebe-se naqueles anos um novo anseio por uma Igreja "comunidade missionária"¹⁰. Desejava-se uma reaproximação da Igreja às suas origens: volta à Igreja do evangelho e dos pobres, ou ao menos volta à Igreja antiga, dos Padres, e a uma Igreja não identificada apenas com a hierarquia, mas com o "povo de Deus". Igreja em que todos são sujeitos ativos, que participam da missão confiada inicialmente aos apóstolos. Igreja que redescobre e valoriza a dimensão comunitária, entendida especialmente como "comunidade de dimensões humanas", onde todos se conhecem e são reconhecidos.

A Igreja espera renovar-se e reconstruir-se a partir de baixo, a partir da "base", a partir de sua inserção na vida do povo. Este ideal no Brasil é acolhido

⁷ Uma interessante análise deste fenômeno se encontra na obra de Danièle HERVIEU-LEGER, *Le pèlerin et le converti. La religion en mouvement*. Paris, Flammarion, 1999. Mais acessível o artigo da mesma: *Du pratiquant au pèlerin. L'institution catholique au défi de la religiosité pélerine. Elements d'une réflexion sociologique*, *Etudes* (2000), 392, 55-64.

⁸ Sobre esse tema, cf. a obra citada de Danièle HERVIEU-LÉGER (nota 7) e a sua obra anterior, *La Religion pour Mémoire*. Cerf, Paris, 1993, 273 p.

⁹ Cf. especialmente as obras de Faustino Luiz Couto TEIXEIRA, a começar por *A gênese das CEBs no Brasil*. Ed. Paulinas, S. Paulo, 1986.

¹⁰ Título de uma obra profética de G. MICHONNEAU, já em 1945!



e assumido não apenas espontaneamente por algumas comunidades eclesiais tradicionais, como as "capelas" do interior rural, mas se tornou um objetivo explícito do PPC – "Plano de Pastoral de Conjunto" (1966-70), o primeiro plano assumido oficialmente pela Conferência Episcopal¹¹. A história das **comunidades de base**, que parecem adquirir vida autônoma nos anos '70, dando origem aos "Encontros Inter-eclesiais" de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), mistura freqüentemente a existência de comunidades com raízes na tradição ("capelas", comunidades rurais, novos bairros nas periferias urbanas formados por imigrantes de origem rural...) com a ação de "agentes de pastoral" profissionais (por assim dizer, ou seja, bispos, padres e leigos formados pela Ação Católica, às vezes assessores teólogos e sociólogos)¹². A meu ver, o extraordinário florescimento de CEBs no Brasil, que levou à organização de cerca 100.000 (cem mil) comunidades de base no início dos anos '90¹³, tem suas origens na **convergência de ao menos dois fatores**: de um lado, a existência de comunidades católicas tradicionais no interior (até então pouco assistidas pela Igreja oficial), e, por outro, a ação planejada de uma nova geração de bispos, padres e leigos (às vezes, intelectuais) inspirada pela Ação Católica e a eclesiologia do Vaticano II.

Se esta hipótese pode ser considerada verdadeira, ao menos substancialmente, estaríamos diante de uma atitude da Igreja hierárquica que, frente às novas tendências comunitárias e mesmo anti-institucionais, procura não combater, mas compreender e valorizar o novo fenômeno (um pouco como a Igreja fez no século XIII com os movimentos populares ou dos pobres) e nele encontrar um estímulo para a sua própria renovação.

Certamente esta é a intenção dos autores do PPC, o primeiro grande instrumento de planejamento pastoral da CNBB. No Plano de Pastoral de

¹¹ Cf. CNBB, *Plano de Pastoral de Conjunto*. Rio de Janeiro, Livraria Dom Bosco, 1967, 2ª ed., p. 57-58. Após 1970, a CNBB não publicou mais planos pastorais, mas conservou as linhas gerais do PPC e, a partir de 1975, a cada 4 anos, publicou "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral" (desde 1995, "Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora"). Sobre o planejamento pastoral no Brasil, o estudo mais completo é o já citado: Maria Carmelita de FREITAS, *Uma opção renovadora. A Igreja no Brasil e o Planejamento pastoral*. S. Paulo, Loyola, 1997, 471 p.

¹² Sobre a história das CEBs foi escrito muito: cf. Raimundo Caramuru de BARROS, *A Comunidade Eclesial de Base*. Petrópolis, Vozes, 1967; José MARINS, *Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo, 1968; Marcello de Carvalho AZEVEDO, *Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé*. S. Paulo, Loyola, 1986, 422 p.; Faustino Luiz Couto TEIXEIRA, *A Gênese das CEBs no Brasil*. S. Paulo, Ed. Paulinas, 1987; IDEM, *Os Encontros Intereclesiais de CEBs no Brasil*. S. Paulo, Paulinas, 1995, 232 p.; Equipe do ISER, *As comunidades de base em questão*. São Paulo, Paulinas, 1997, 326 p.

¹³ Cf. Rogério VALLE – Marcello PITTA, *Comunidades eclesiais católicas. Resultados estatísticos*. Petrópolis, Vozes – Rio, CERIS, 1994, 96 p.



Conjunto (PPC) 1966-1970 – redigido ou, pelo menos, aprovado na última sessão do Concílio Vaticano II em 1965 – já se encontra, entre as atividades propostas na chamada “linha 1” (que tem por objetivo “promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja católica”), “levar as paróquias a suscitarem e criarem comunidades de base, garantindo-lhes uma coordenação”¹⁴.

A CNBB não é, evidentemente, a Autora das CEBs, mas é significativo o apoio que ela lhes deu desde o início até anos mais recentes¹⁵. Um menor entusiasmo da hierarquia, hoje, para com as CEBs, não deveria ser atribuído principalmente ou apenas a uma mudança de atitude da hierarquia, mas a uma complexa transformação da sociedade brasileira e do mundo católico, afetado ainda mais fortemente por um processo de desinstitucionalização da religião, privatização e individualismo¹⁶.

Por outro lado, o PPC poderia ser criticado justamente porque valoriza, sim, a comunidade eclesial, mas permanecendo numa perspectiva demasiadamente “eclesiocêntrica”, voltada para dentro. Em termos de Concílio Vaticano II, poder-se-ia dizer que o PPC dá mais importância à “*Lumen Gentium*” do que à “*Gaudium et Spes*”, à unidade interna da Igreja que ao diálogo com o mundo¹⁷. Mas os anos seguintes mostrarão que a CNBB não deixou de empenhar-se fortemente nas questões sociais. E o fez também estimulada pelas mudanças da sociedade e especialmente da política.

3. A mudança do regime político e suas conseqüências

Como se sabe, a implantação em 1964 do regime autoritário pelas Forças Armadas condicionou a ação da Igreja na realidade brasileira. Os fatos – ao

¹⁴ Cf. CNBB, *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*, Livraria Dom Bosco, Rio de Janeiro, 1967, 2ª ed., p.58. Na p. 57 se explica o que seriam as “comunidades de base”.

¹⁵ O último documento da CNBB dedicado explicitamente às CEBs é a Carta da Assembléia de 1985 (cf. *Documentos da CNBB*, nº 33).

¹⁶ Aqui se insere a questão – que agora não temos condições de discutir – dos “movimentos”. Sob este nome, entendem-se – no Brasil desde os anos ’80 – os movimentos de tipo espiritual ou carismático, geralmente de caráter internacional (o mais conhecido e espalhado, que em meados dos anos ’90 chegou a cerca de 4 milhões de aderentes no Brasil, é a RCC ou Renovação Carismática Católica). Nos movimentos se pode ver um novo tipo de “comunidade”, não mais baseada sobre a vizinhança ou a tradição (como no caso de muitas CEBs), mas em vínculo afetivos, emocionais. Sobre a questão das “comunidades afetivas”, cf. Danièle HERVIEU-LÉGER, *Representam os surtos emocionais contemporâneos o fim da secularização ou o fim da religião?*, “Religião e Sociedade”, 18/1 (1997), 31-47.

¹⁷ Cf. minhas observações em A. ANTONIAZZI, *Planejamento pastoral: reflexões críticas*. “Perspectiva Teológica”, nº 53 (1989/1), 101-110.



menos em linhas gerais – são conhecidos¹⁸. Após a “Revolução” de 31 de março de 1964, os Bispos acolheram com alguma benevolência o movimento anti-comunista e até substituíram a liderança da CNBB¹⁹ em novembro de 1964, por ocasião da VI Assembléia da CNBB (em Roma, durante a III sessão do Concílio). Dom Agnelo Rossi e dom José Gonçalves entraram no lugar do Card. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e de Dom Helder Câmara. Mas o próprio endurecimento do regime, sobretudo após o AI-5 de 13.12.1968, levou os Bispos a posições sempre mais críticas., especialmente após a eleição (1971) de Dom Aloísio Lorscheider, como presidente, e de Dom Ivo Lorscheiter, como secretário.

No seio do episcopado, as simpatias para com o movimento militar e a nostalgia da aliança com o poder civil foram minguando, na medida em que as promessas de “democratização” eram desatendidas e, ao contrário, a repressão se tornava mais violenta e o uso da tortura, mais freqüente. Ao mesmo tempo, amadurecia no conjunto da Igreja, a partir de iniciativas pioneiras, depois acolhidas por muitos, uma nova opção, política e pastoral, que parecia inverter a tendência predominante desde os anos ’30, de “concordata moral” com o poder civil e de apoio às classes dirigentes. Esta opção – paradoxalmente induzida pelo regime militar e pela recusa das elites de manter com a Igreja o “compromisso tácito” de aliança – significa que a Igreja enquanto instituição renuncia à aliança com as elites e assume mais decididamente **a solidariedade com o povo**²⁰.

A nova consciência dos Bispos e Superiores Religiosos emerge nos documentos de 1973, publicados por ocasião do 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948). Destaca-se o documento de alguns Bispos e Superiores do Nordeste, “Eu ouvi os clamores de meu povo”, assinado entre outros por Dom Helder Câmara (6.5.1973). Mas em 1973 não

¹⁸ Recentemente, porém, vieram à luz documentos sobre os bastidores das relações entre a Igreja e o Governo militar. Cf. especialmente Kenneth SERBIN, *Diálogos na sombra. Bispos e Militares, tortura e justiça social na Ditadura*. Companhia das Letras, S.Paulo, 2001, 566 p. Também o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, contaram em livros sua participação na luta em defesa dos direitos humanos.

¹⁹ Tida como favorável às “reformas de base” e ao governo João Goulart.

²⁰ Desde a “*Rerum Novarum*” e o fim do século XIX, o redentorista pe. Júlio Maria de Moraes Carneiro sustentava ardorosamente que a Igreja deveria “mostrar aos pequenos, aos pobres, aos proletários, que eles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre, cuja Igreja foi logo, desde o seu início, a Igreja do povo [...]; sujeitar o despotismo do capital às leis da equidade; exigir dele não só a caridade, mas a justiça...; dignificar o trabalhador; proclamar bem alto a eminente dignidade do operário na cidade de Deus, que Jesus Cristo fundou na Terra, não com as castas, as aristocracias, as burguesias ou as dinastias, mas com o povo e para o povo” (*Catolicismo no Brasil. Memória histórica*. Rio de Janeiro, Livro do Centenário, 1900).



todos os bispos estão de acordo com as críticas ao regime²¹. Devemos esperar 1976, para que o episcopado inteiro fique abalado por vários atos de violência e reaja com um contundente “Comunicado Pastoral ao Povo de Deus”²², assinado pela Comissão Representativa da CNBB em outubro e seguido logo depois por “Exigências Cristãs da Ordem Política”, aprovado quase unanimemente pela Assembléia de fevereiro de 1977²³. Neste documento, o Episcopado toma claramente posição a favor da democratização, que será completada formalmente só em 1985.

É possível notar uma evolução mais profunda na própria posição do Episcopado: o documento de 1977, *Exigências Cristãs da Ordem Política*, adota o esquema clássico do Magistério eclesiástico, ou seja, a Igreja se apresenta como mestra da verdade e da ética e indica à sociedade, como “mestra”, a verdadeira e correta ordem política. No documento de abril de 1986, da mesma CNBB, *Por uma nova ordem constitucional*²⁴, quando o País está discutindo a nova Constituição democrática, os bispos não pretendem mais falar como “mestres da verdade” no campo ético-político, mas como defensores da vontade do povo.

Ainda, na “transição” dos anos ’70 para os ’80, devemos lembrar o forte apoio da Igreja aos sindicatos, nas greves de 1979-1980 (as primeiras desde 1968), especialmente nas grandes fábricas de automóveis do “ABC” paulista²⁵; e a intervenção das Assembléias da CNBB no debate de grandes temas sociais, como *Igreja e problemas da terra* (1980) e *Solo urbano e ação*

²¹ Por exemplo, Dom Vicente Scherer, cardeal-arcebispo de Porto Alegre, em 19 de junho, declara que “não cabe à Igreja opinar sobre política econômica”, referindo-se ao documento dos bispos do Nordeste. Opinião oposta manifesta Dom Fernando Gomes, arcebispo de Goiânia, poucos dias depois (4.7.1973).

²² Cf. coleção *Documentos da CNBB*, Ed. Paulinas, nº 8.

²³ Cf. coleção *Documentos da CNBB*, Ed. Paulinas, nº 10. Se não me falha a memória, só houve 3 votos contrários na votação final, da qual participaram cerca de 240 bispos.

²⁴ Cf. coleção *Documentos da CNBB*, Ed. Paulinas, nº 36. Sobre Igreja e política no Brasil há uma ampla bibliografia, na qual se destaca Scott MAINWARING, *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. Brasiliense, S. Paulo, 1989, 300 p. (ed. americana, Stanford University Press, 1986). Sobre os anos 70, ver também: Paulo KRISCHKE e Scott MAINWARING, *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. LPM, Porto Alegre, 1986, 207 p.; Alberto ANTONIAZZI, *Iglesia y Democracia en Brasil*. In Sergio CORVALÁN (ed.), *Iglesia, Estado y Democracia en América Latina*. KAAD (Santiago, Chile, 1990), p.345-365 (com bibliografia até 1988).

²⁵ Dos sindicatos que lideraram as greves de 1979-1980 saiu também uma nova liderança política, que fundou no mesmo ano de 1979 o PT (Partido dos Trabalhadores), cujo líder, Lula (Luiz Inácio da Silva), operário metalúrgico, será candidato a Presidente da República em 1990, 1994, 1998 e 2002.



pastoral (1982), temas retomados e ampliados nas “Campanhas da Fraternidade” anuais²⁶.

Precisaria reler as violentas críticas de conservadores e tradicionalistas, tanto no campo político como no religioso, dos anos ’70, para perceber como a nova posição da Igreja foi percebida e criticada agressiva e injuriosamente. As críticas malévolas e exageradas contribuíram, por outro lado, para dar à Igreja e ao episcopado uma unidade maior e a Igreja saiu do tempo da ditadura militar como uma instituição confiável, uma das mais confiáveis do País²⁷.

4. A opção pelo povo pobre e pelo interior esquecido

Falta-nos ainda uma boa obra de história da Igreja deste período, para analisar com mais profundidade as mudanças da Igreja no Brasil nos anos ’70²⁸. Mas isso não nos impede de ressaltar alguns traços característicos daquela situação. Como resultado dos dois fatores assinalados (a “onda comunitária” e a mudança das relações com o Estado) e de outros, podemos falar – com outros autores – de uma “mudança de lugar” da Igreja na sociedade brasileira²⁹. Certamente a mudança mais importante é o deslocamento sócio-político da Igreja, da aliança com as elites e o poder para uma mais nítida e efetiva solidariedade com o povo, mudança que acenamos falando da situação política.

Mas existe também uma segunda mudança, raramente percebida e ressaltada, que porém não deixa de ser efetiva e relevante. A Igreja no Brasil, desde o século XIX, se não desde sempre, é uma Igreja cujos bispos e padres residem nas cidades, mesmo que façam anualmente longas viagens de

²⁶ A Campanha da Fraternidade é uma campanha realizada na Quaresma e destinada também a coletar contribuições financeiras. Iniciada em 1964, no plano nacional, tratou por muitos anos de temas catequéticos, passando decididamente a temas sociais a partir de 1978 (trabalho, 1978; ecologia, 1979; migrações, 1980; saúde, 1981; violência, 1983; fome, 1985; terra, 1986; menores, 1987).

²⁷ Uma pesquisa com 5.000 entrevistas do IBOPE, em maio de 1988, considerava a Igreja a segunda instituição confiável, logo após os sindicatos (cf. *Veja*, 20.7.1988, p. 32-36). Nos últimos anos (1999-2000), em pesquisas análogas, a Igreja católica continua ocupando o 2º lugar, atrás de Escolas e Universidades. (Os sindicatos perderam muito da confiança de que gozavam nos anos ’80).

²⁸ Algumas contribuições encontram-se em José Oscar BEOZZO, *A Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Vozes, Petrópolis, 1994, 342 p.; INP, *A Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70*. Vozes, Petrópolis, 1994, 224 p.

²⁹ Cf. Carlos PALÁCIO, *A Igreja na sociedade*, in C. PALÁCIO (org.), *Cristianismo e História*. Loyola, S. Paulo, 1982, p. 307-350 (sobre o “deslocamento”, cf. p. 326-339).



“desobriga”³⁰ no interior rural e mesmo que muitos missionários se dediquem aos indígenas e morem em suas aldeias.

Nos anos '70, dando prosseguimento a esforços iniciados ainda nos anos '50³¹, a Igreja amplia sua presença no meio rural e assume vigorosamente, e quase sozinha, a defesa dos direitos dos “posseiros” e lavradores pobres. A carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” (10.10.1971), pode ser considerada o manifesto da nova atitude da Igreja. É o mesmo Dom Casaldáliga que convence 26 bispos e prelados da Amazônia e Centro-Oeste a reunir-se em Goiânia em junho de 1975 e a fundar a CPT, Comissão Pastoral da Terra³².

É no mesmo ano que se realiza o I Encontro intereclesial das CEBs. Elas também representam uma presença mais atenta e empenhada da Igreja dos bispos e dos padres junto ao povo do interior rural, da “roça”.

Em junho de 1975, Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, que também será mais tarde presidente da CPT, assume a presidência do CIMI, Conselho Indigenista Missionário, fundado em 1972. O CIMI representa uma virada na orientação das missões católicas e da relação da Igreja com os índios, voltando-se corajosamente para a defesa dos direitos dos indígenas às suas terras e para a defesa de suas culturas.

Todos esses fatos, e as inúmeras ações que deles decorreram, contribuíram para tornar expressiva a presença da Igreja no meio rural e no interior do País, inclusive nas áreas habitadas por povos indígenas ou *índios*³³.

³⁰ A “desobriga” indica um costume típico do Brasil: o padre visita lugarejos e famílias no interior, uma vez por ano, para permitir aos fiéis isolados ou afastados das paróquias (urbanas!) que cumpram o preceito da confissão e comunhão pascal (esta é propriamente a “desobriga”): cumprir a obrigação de confessar e comungar, como quer a Igreja desde o IV concílio do Latrão, 1215) ou receber outros sacramentos (batismo, matrimônio).

³¹ Com o movimento de Natal, RN, liderado por Dom Eugênio de Araújo Sales, bispo auxiliar desde 1954, e com o MEB, Movimento de Educação de Base (1961), para a alfabetização rural através de escolas radiofônicas. Cf. Cândido Procópio Ferreira de CAMARGO, *Igreja e Desenvolvimento*. São Paulo, CEBRAP, 1971, 218 p.

³² Sobre a história da CPT, cf. VV.AA., *A luta pela terra. A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo, Paulus, 1997, 276 p. Um dos heróis da CPT é o Pe. Josimo Moraes Tavares, assassinado em 1986. A CPT publica até hoje, anualmente, um relatório sobre a violência no campo e os nomes das vítimas dos grandes proprietários: sindicalistas, agentes de pastoral e lavradores pobres.

³³ Ao mesmo tempo, acontecia uma mudança no recrutamento dos seminaristas diocesanos e religiosos, bem como de religiosos e religiosas. No final dos anos '70, após a forte crise de vocações entre 1968 e 1975, o recrutamento cresce ao ritmo anual de 15% e leva rapidamente a dobrar o número dos seminaristas, mas aumenta a porcentagem de seminaristas e candidatos à vida religiosa de origem rural e de procedência popular, enquanto cai o número das vocações das classes médias, particularmente das vocações sacerdotais procedentes de escolas e colégios católicos. A documentação do fenômeno está nos relatórios de duas pesquisas (a primeira de 1982, a segunda de 1993) sobre *Situação e vida dos seminaristas maiores no Brasil*. S. Paulo, Ed. Paulinas (hoje Paulus), 1984 e 1995 (coleção *Estudos da CNBB*, nº 40 e 74).



Era um modo de a Igreja se aproximar do povo e de pôr em prática aquela “**opção pelos pobres**” que está implícita nos documentos de Medellín³⁴ (1968) e foi explicitada em Puebla³⁵ (1979).

A orientação “progressista” ou “libertadora” da Igreja, que emergia – embora nem sempre nitidamente – em Medellín³⁶, no Brasil se afirmou não imediatamente, mas através de um processo que durou alguns anos, e do qual já vimos alguns aspectos. Scott MAINWARING chega a dizer que “a partir de 1976, a Igreja brasileira era provavelmente a mais progressista do mundo”³⁷. Mas ele mesmo foi entre os primeiros a advertir “o declínio da Igreja popular”, para o qual indica os anos 1982-85³⁸. Ainda em 1983, o teólogo João Batista Libânio, com clara intuição, percebia que um grande movimento – “A volta à grande disciplina”³⁹ – estava em ato, a partir de Roma, para re-orientar a interpretação dada ao Concílio Vaticano II e submeter mais claramente as Igrejas locais ao poder central.

5. A explicitação dos fundamentos da “evangelização libertadora”

Durante cerca de dez anos (1965-1975), a produção teórica da CNBB foi escassa⁴⁰. O PPC não recebeu continuidade imediata, embora tenha sido mantido como uma referência fundamental. Sobre ele se baseiam as *Diretrizes*

³⁴ É a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada de 24.8 a 6.9.1968 em Medellín (Colômbia), conferência que traduziu o Concílio Vaticano II em diretrizes pastorais para a América Latina.

³⁵ III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla (México), sobre a Evangelização.

³⁶ É sabido que a Conferência de Medellín produziu 16 documentos de teor bastante diverso (cf. os estudos de E. Dussel e outros). Puebla fez questão de produzir um só documento, bem ou mal costurado, mas a ser interpretado como um conjunto, sem isolar afirmações particulares.

³⁷ Cf. Scott MAINWARING, *Igreja Católica e Política no Brasil, 1916-1985*. Brasiliense, S. Paulo, 1989, p.265.

³⁸ Cf. *ibidem*. A obra de S. MAINWARING foi publicada originalmente nos EUA em 1986.

³⁹ LIBÂNIO, João Batista, *A volta à grande disciplina*. Loyola, São Paulo, 1983, 182 p.

⁴⁰ Um sinal da retomada da produção intelectual se dá quando Dom Ivo, então Secretário Geral, inicia a publicação da coleção “Documentos da CNBB” junto às Edições Paulinas. O documento nº 1 é: *Testemunhar a fé viva em pureza e unidade (novembro de 1973)* A coleção dos documentos está agora acessível também em CD-ROM: CNBB, *Documentos*. Paulinas Multimídia, S. Paulo, 2000 [documentos 1 (1973) a 62 (1999)].



*Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*⁴¹, publicadas pela primeira vez em 1975, depois que Dom Aloísio Lorscheider e Dom Ivo Lorscheider assumiram seu 2º mandato.

Estas Diretrizes, destinadas a serem renovadas a cada quatro anos, não trazem grandes novidades na 1ª edição, válida para o período 1975-78. Limitam-se a atualizar as “linhas fundamentais de trabalho” segundo os objetivos (e respectivas “linhas”) do PPC. A novidade virá com a 2ª edição das Diretrizes, elaborada em abril de 1979, na 17ª Assembléia da CNBB, logo depois da 3ª Conferência do Episcopado Latino-Americano, a de Puebla.

Como foi ressaltado oportunamente⁴², as Diretrizes Gerais (DG) contêm uma reflexão teológica que interpreta o documento de Puebla. “As DG constituem uma autêntica releitura de Puebla, em função da realidade da Igreja do Brasil”⁴³. De fato, elas assumem, junto com as novidades de Puebla e Medellín, também as aquisições fundamentais do PPC. E sobretudo desenvolvem uma concepção da “evangelização libertadora”, mais clara e coerente que a de Puebla. O núcleo teológico das DG pode ser descrito por seis eixos: 1) a evangelização como missão da Igreja; 2) prioridade dos pobres na evangelização; 3) participação e comunhão; 4) articulação entre história e escatologia; 5) opções pastorais básicas (opção pelos pobres; e os já citados “eixos” da evangelização e da comunhão e participação, que determinam as escolhas pastorais concretas); 6) diretrizes de caráter prático em continuidade com as seis “linhas” do PPC⁴⁴.

Esta perspectiva da “evangelização libertadora” encontrou alguma resistência entre os Bispos nos anos seguintes. Se, de um lado, no final dos anos '70 e início dos anos '80 predomina no Brasil - por algum tempo de forma quase exclusiva nas Editoras Católicas e mesmo nos Seminários - a “teologia da libertação”⁴⁵, ela, porém, por outro lado, é severamente criticada pela Instrução da Congregação para a Doutrina da Fé, *Libertatis Nuntius*, de 6 de agosto de 1984. Uma posição mais equilibrada e um reconhecimento da necessidade da Teologia da Libertação aparecem com a instrução *Libertatis Conscientia*, de 22.03.1986, e com a carta do Papa aos Bispos brasileiros em

⁴¹ Cf. Documento da CNBB nº 4, S.Paulo, Ed. Paulinas, 1975, 100 p.

⁴² Cf. Maria Carmelita de FREITAS, *Uma opção renovadora*, p. 195-244.

⁴³ Cf. *ibidem*, p. 206.

⁴⁴ Cf. *ibidem*, p. 215-228 (= 3.3.2 – O núcleo teológico).

⁴⁵ Existe uma ampla literatura a respeito. Para uma orientação básica, cf. J.B. LIBÂNIO, *Teologia da Libertação (roteiro didático)*. Loyola, S.Paulo, 1987. Do mesmo Autor, um rápido esboço sobre “A caminhada da Igreja na América Latina”, encontra-se em: *Igreja contemporânea. Encontro com a modernidade*. Loyola, S.Paulo, 2000, p.109-151.



abril de 1986, depois do encontro em Roma que encerrou as visitas “ad limina” de 1985⁴⁶.

Na redação das *Diretrizes Gerais*, as diferenças aparecem na revisão do “objetivo geral”. As diferenças podem parecer mínimas e podem até escapar à observação de um estudioso menos atento. Mas quem conhece por dentro a história da CNBB sabe que a discussão do “objetivo geral” mobilizou as Assembléias dos Bispos de 1983 e 1987. Um quadro sinótico mostra melhor e mais rapidamente as alterações que foram introduzidas (e que assinalamos em **negrito**):

| OBJETIVO GERAL DAS DIRETRIZES DA AÇÃO PASTORAL DA CNBB | | |
|---|--|---|
| 1979 | 1983 | 1987 |
| Evangelizar A sociedade brasileira em transformação | Evangelizar O povo brasileiro em processo de transformação sócio-econômica e cultural, | Evangelizar O povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural, |
| A partir da opção pelos pobres | A partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da opção preferencial pelos pobres, | Anunciando a plena verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, |
| Pela libertação integral do homem Numa crescente participação e comunhão Visando à construção de uma sociedade fraterna | Pela libertação integral do homem, Numa crescente participação e comunhão, Visando à construção de uma sociedade mais justa e fraterna, | Pela libertação integral do homem, Numa crescente participação e comunhão, Visando formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e fraterna, |
| Anunciando assim o reino definitivo. | Anunciando assim o reino definitivo. | Sinal do reino definitivo. |

⁴⁶ Cf. J.Oscar BEOZZO, *A Igreja do Brasil*, p. 251e ss.



As alterações introduzidas podem, ser consideradas aperfeiçoamentos da formulação original. Esta, contudo, perdeu em brevidade e nitidez, como se a “evangelização pela libertação integral do homem” devesse submeter-se a um número sempre maior de condições, se não de restrições. De qualquer forma, a interpretação “libertadora” de Puebla prevalece até às **DG** de 1987-1990. Em 1991, como veremos, aparecerá uma novidade importante e uma nova perspectiva.

6. O povo de Deus como “sujeito histórico”

Do ponto de vista eclesiológico, é oportuno acolher as perspicazes observações de Maria Carmelita de FREITAS, que buscando “o eixo eclesiológico do Planejamento Pastoral” da CNBB encontra uma das suas coordenadas no “povo de Deus como sujeito histórico”. Mais exatamente, ela percebe que “a categoria povo de Deus como sujeito histórico começa a ser introduzida pelo **PPC** e pelas **Diretrizes Gerais** da Ação Pastoral de 1975, afirmando-se com as **Diretrizes Gerais** de 1979”⁴⁷.

Ora, a noção do “povo de Deus” está no centro das discussões do Sínodo dos Bispos de 1985, convocado para comemorar os vinte anos da conclusão do Vaticano II. Por ocasião do Sínodo, a Comissão Teológica Internacional, presidida pelo cardeal Ratzinger, apresentou algumas teses eclesiológicas, que procuravam reconduzir a eclesiologia do Concílio à eclesiologia de comunhão. Um teólogo da própria Comissão⁴⁸ e outros teólogos e bispos defendiam, ao contrário, a centralidade da categoria de povo de Deus. As intervenções de Dom Ivo Lorscheiter (então presidente da CNBB) e do cardeal Aloísio Lorscheider no Sínodo de 1985, sobre a aplicação do princípio de subsidiariedade na Igreja, foram criticadas severamente pela revista “*Civiltà Cattolica*”, mas o Sínodo de 1987 (sobre a Vocação dos Leigos) deu novo fôlego à categoria eclesiológica do “povo de Deus”⁴⁹.

⁴⁷ Cf. *ibidem*, p. 333 (e todo o item 2.1.2, p. 320-334).

⁴⁸ Cf. Giuseppe COLOMBO, *Il “popolo di Dio” e il “mistero” della Chiesa nell’eclesiologia post-conciliare*, “*Teologia*”, 10 (1985), 97-169.

⁴⁹ A questão não seria tão importante se, no fundo, não estivesse em jogo a interpretação de todo o Vaticano II. Sobre o assunto, cf. o recente livro de José COMBLIN, *O povo de Deus*. Paulus, S. Paulo, 2002, e a tese doutoral (20.02.2002) de Cleto CALIMAN, *Igreja, Povo de Deus, Sujeito da Comunhão e da Missão*. Pe. Cleto CALIMAN antecipa brevemente a questão da interpretação do Vaticano II na Igreja do Brasil no estudo: *A identidade histórica da Igreja no Brasil nos últimos 20 anos*, apresentado no seminário promovido pela CNBB, em agosto de 1985, em preparação ao Sínodo de 1987 sobre os Leigos; cf. Estudos da CNBB 45: *Leigos e participação na Igreja*. Ed. Paulinas, S. Paulo, 1986, 2ª ed., p. 17-35. Voltou sobre o assunto em: Cleto CALIMAN, *Visão eclesiológica do Sínodo*, em: J.E. PINHEIRO (org.), *O Sínodo e os leigos*. Loyola, S. Paulo, 1987. — Acrescentamos que a eclesiologia do povo de Deus ilumina ainda o recente documento nº 62 da CNBB, *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*, aprovado na Assembléia de abril de 1999 (Paulinas, S. Paulo, 1999, 135 p.).



O estudo da eclesiologia da CNBB nos anos ’80 não pode descuidar de um documento que procura explicitamente fazer clareza sobre “*Igreja: Comunhão e Missão*”⁵⁰. O tema do povo de Deus, porém, não é enfrentado diretamente. O documento parece nascer da vontade de superar, ou ao menos diminuir, “tensões internas” (cf. nº 15-20). Também a introdução justifica assim o documento: “Escolhemos este tema abrangente na convicção de que ele nos ajudará a realizar melhor a Missão da Igreja em nosso país e contribuirá para o fortalecimento da comunhão eclesial...” (nº 2). De fato, o documento procura as raízes teológicas, trinitárias, da comunhão e missão, tentando encontrar uma referência acima das divergências e tensões. Uma segunda parte do documento — não muito orgânica, para dizer a verdade — se ocupa das “urgências da missão”, ou seja, de aspectos prioritários e específicos da missão da Igreja no Brasil e numa perspectiva também de missão “*ad gentes*”⁵¹.

7. A emergência da “subjetividade” e os novos rumos dos anos ’90

Vários sinais apontavam para um esgotamento do discurso elaborado nas **Diretrizes Gerais** de 1979 e baseado, essencialmente, sobre Puebla e a teologia da “evangelização libertadora”. Emergia sobretudo a consciência de uma mudança dos tempos, de uma nova condição econômico-social e política (eleição do presidente Collor, dezembro de 1989), de uma nova mentalidade cultural e religiosa, de novas formas de comportamento. Sobre essas mudanças se debruçou uma numerosa equipe de teólogos, sociólogos e pastoralistas, reunidos pelo INP (Instituto Nacional de Pastoral), entre novembro de 1988 e meados de 1990⁵². A contribuição ficou limitada quase exclusivamente à análise da realidade⁵³. A análise foi organizada ao redor de quatro eixos: 1) perspectivas sócio-econômicas; 2) cultura e culturas; 3) novas formas de emergência da subjetividade; 4) novos sujeitos históricos. O capítulo sobre subjetividade foi o mais novo e marcante.

⁵⁰ Cf. *Documento da CNBB 40*, 26ª Assembléia Geral (abril de 1987), Ed. Paulinas, S. Paulo, 1988, 127 p.

⁵¹ A II parte, “Urgências da Missão” (p. 49-110), trata da evangelização dos povos e da presença da Igreja na sociedade brasileira, distinguindo política, trabalho e cultura.

⁵² Os relatórios dos diversos grupos de estudo foram reunidos num caderno de cor marronzada (o “tjolinho”), *Sociedade brasileira e desafios pastorais. Preparação das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral 91-94*, Ed. Paulinas, S. Paulo, 1990, 147 p.

⁵³ O INP não conseguiu terminar a elaboração de propostas pastorais, como estava previsto. O grupo liderado por Pe. João Batista Libânio apresentou um capítulo de “perspectivas eclesiológicas”.



A partir dessa contribuição e de uma avaliação das **DGAP** anteriores, a 29ª Assembléia Geral e o sucessivo Conselho Permanente da CNBB (junho de 1991) elaboraram e aprovaram as **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral** da Igreja no Brasil **1991-1994**. A estrutura do capítulo III (Mudanças na sociedade) e do cap. IV (Novas acentuações na evangelização) revela a mudança de enfoque. Em lugar de abordar a evangelização do “povo brasileiro em processo de transformação” (cf. o Objetivo Geral de 1979 e anos seguintes) de forma global, e – ao limite – genérica, a realidade da sociedade era analisada em três níveis: o da pessoa; o das comunidades e de suas diferenças culturais; o das grandes estruturas econômico-sociais. Analogamente, a ação evangelizadora era descrita nos três níveis.

A reflexão teológico-pastoral de 1991 não estava muito amadurecida e ela estimulou, com outros fatores, o aprimoramento de 1995, quando as **Diretrizes** passaram a ser chamadas da Ação **Evangelizadora** e o tema da evangelização ocupou o lugar central nas novas **DG**. Isso permitia ressaltar a continuidade com a “evangelização libertadora” dos anos 1979-1990, mas sobretudo exigia uma abertura da Igreja para fora, face à constatação de que a ação pastoral estava muito voltada “para dentro”⁵⁴.

A aquisição fundamental, a meu ver, residia, porém, no reconhecimento da difusão do individualismo e do subjetivismo, o que solapava por baixo o esforço comunitário dos anos '70 e '80, e trazia uma verdadeira revolução para a ação pastoral – há séculos pensada principalmente na perspectiva de uma afirmação objetiva e exata da doutrina e da disciplina católicas⁵⁵.

8. Problemas não resolvidos e perspectivas de futuro

Entre os problemas eclesiológicos não resolvidos, limito-me a citar o do ministério presbiteral ou da renovação dos ministérios. O problema é antigo. Foi discutido no Sínodo dos Bispos de 1971. Na época, quase 80% dos bispos no Brasil era favorável à ordenação de *virii probati*, ou seja, na prática, de

⁵⁴ A avaliação de 1994 revelara que os Planos Pastorais Diocesanos (cerca de 150 foram analisados) apresentavam como prioridades a dimensão comunitária (75% dos planos) e a catequese (também 75%), mas apenas 33% priorizavam a dimensão sócio-transformadora, 20% a liturgia, 12% a dimensão missionária e nenhum a dimensão ecumênica (estou citando de memória, mas certos números não se esquecem!).

⁵⁵ A análise do individualismo está nas *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral 1991-1994* (documento nº 45 da CNBB), nº 114-127, p.59 ss. – A recente pesquisa do CERIS nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil - publicada agora (abril de 2002) com o título *Desafios do catolicismo na cidade*. Paulus, 2002, 298 p. – confirma essas tendências. No capítulo final desse livro, apontei algumas conseqüências e interrogações que a pesquisa levanta para a ação pastoral.



homens adultos, com boa experiência de vida cristã e – ordinariamente – casados e com família constituída. O Papa Paulo VI consultou os Padres Sinodais e a maioria votou contra a proposta.

No Brasil, recentemente, o 9º Encontro Nacional de Presbíteros (fevereiro de 2002) voltou a suscitar o problema, manifestando preocupação com as cerca de 70.000 comunidades que se reúnem semanalmente para uma celebração dominical da Palavra, mas que só raramente podem participar da celebração da Eucaristia⁵⁶.

Alguns bispos brasileiros levantaram a questão no Sínodo sobre a Formação Sacerdotal (1990) e no Sínodo para a América (1997), sem resultados aparentes, a não ser uma recusa de discutir – por enquanto – o assunto.

Um levantamento de dados nas dioceses, no Advento de 1996, para o lançamento do Projeto de Evangelização “Rumo ao Novo Milênio”, embora incompleto, revelou a presença de muitos ministros leigos como animadores de comunidades, ministros extraordinários da S. Comunhão ou catequistas, líderes de grupos de jovens, etc., mas um escasso número de ministros extraordinários para o Batismo (em média, um para cada padre) e de testemunhas qualificadas do Matrimônio (uma para cada dois padres). Esquemáticamente, pode-se dizer que os sacramentos são ministrados (quase) exclusivamente por presbíteros e que os leigos assumem o ministério da Palavra e da orientação da comunidade. Esse dualismo, ou essa divisão, não deixa de ser um problema eclesiológico⁵⁷.

Finalmente, depois de 50 anos, em que a CNBB se manteve fiel à eclesiologia do Vaticano II (e, antes do Concílio, de algum modo apontou para ela), vem a pergunta sobre o futuro. Esta fidelidade continuará? Entre os próprios Bispos, está difundida a impressão de que estamos diante de uma nova etapa.

⁵⁶ A pesquisa mais confiável sobre o número das comunidades eclesiais e suas atividades (inclusive a celebração dominical) é a de Rogério VALLE – Marcello PITTA, *Comunidades eclesiais católicas. Resultados estatísticos*. Petrópolis, Vozes – Rio, CERIS, 1994, 96 p. (já citada na nota 13). A pesquisa calcula em cerca de 100.000 as comunidades católicas, das quais 70% têm celebração dominical da Palavra e raras celebrações da Missa. – A hipótese de que as CEBs estejam diminuindo não pode ser acolhida, apesar da diminuição da população rural. Além de vibrante artigo de Luiz Alberto Gómez de SOUZA, *As Ceb's vão bem, obrigado (1999)* [texto comunicado por correio eletrônico (ceris@ceris.org.br)], algumas entrevistas com bispos na assembléia de 2000 me permitiram constatar a multiplicação das comunidades em várias dioceses. Cf. Alberto ANTONIAZZI, *A Igreja e seu território – 2: Comunidades do interior e situações missionárias*. “Jornal de Opinião”, nº 614, 5-11.03.2001, p.6-7 (O artigo faz parte de uma série de quatro artigos sobre “A Igreja e seu território”, contendo mais informações sobre dioceses, paróquias e comunidades de base no Brasil; cf. JORNAL DE OPINIÃO, nº 613 a 616, 26.02 a 19.03.2001).

⁵⁷ Como mostra, por exemplo, B. SESBOUÉ, *Não tenham medo! Os ministérios na Igreja de hoje*. Paulus, S.Paulo, 1998, 102 p.



Antes de tudo, geracional. Estão desaparecendo (ou se aposentando) os bispos que fizeram o Concílio ou cresceram no clima dos anos '70, dos anos "quentes" da Igreja no Brasil. Estão assumindo – embora ainda timidamente – cargos de direção bispos de uma nova geração, nascidos entre 1940 e 1950, às vezes depois, que estão marcados por outras experiências, muitas vezes formados no âmbito de "movimentos", cuja espiritualidade parece mais nostálgica do pré-Concílio que da eclesiologia do Vaticano II. Que rumos a nova geração dará à CNBB? É uma interrogação, por enquanto, sem resposta.

O próprio Estatuto da CNBB está mudando. Votado pela assembléia de julho de 2001, corrigido em alguns pontos por Roma, foi aprovado definitivamente em abril de 2002 e completado por um novo Regimento. Entrará em vigor, de fato, na Assembléia prevista para o início de maio de 2003, quando será eleita uma nova Presidência, com maiores poderes, respaldada por um Conselho Permanente, reforçado no número dos membros, e apoiada por uma constelação de dez Comissões Episcopais permanentes (e outras poucas eventuais), com mandato executivo, mas pouca autonomia. Trata-se de uma organização complexa, que pode envolver mais bispos nos trabalhos da Conferência, mas também ter pouca agilidade.

A reforma do Estatuto quis tornar a Conferência mais "episcopal". Tudo (ou quase) agora depende diretamente dos bispos. Representantes de outras categorias do povo de Deus, outros organismos e assessores, terão um papel distinto. Resta saber qual eclesiologia inspirará o conjunto. Uma eclesiologia em que os bispos pretendam monopolizar o ministério na Igreja, ou uma eclesiologia em que o episcopado seja o animador de uma comunidade eclesial "toda ministerial", o líder de um povo de Deus "sujeito histórico", sujeito da sua história, que afunda as raízes não apenas na história humana, mas no mistério trinitário?

Endereço do Autor:
E-mail: alberto@pucminas.br



A CNBB tornou-se referência em muitos momentos decisivos da vida nacional, sendo a relação com a sociedade um dos elementos que marcam a sua trajetória histórica e seus projetos de evangelização. Analisando esse aspecto, o autor oferece-nos uma aguçada e comprometida leitura do compromisso social da CNBB, em suas motivações sócio-teológicas e suas iniciativas pastorais. Constata fases distintas da presença da Conferência na sociedade brasileira: a colaboração inicial com planos do governo (como a Sudene), a resistência e o posicionamento crítico diante da ditadura militar, a presença de serviço na sociedade. O compromisso social da Conferência manifesta-se hoje, sobretudo, pelas dez Pastorais Sociais, que apresentam a Conferência como uma presença de serviço no meio social, dando sua contribuição para a compreensão e administração dos conflitos. Desse modo, a Conferência explicita a dimensão social do Evangelho, que impulsiona a Igreja no Brasil a tomar posicionamentos proféticos diante de situações sociais de sofrimento injusto em que vive o povo de Deus. Como apêndice, o autor oferece-nos uma síntese das análises de conjuntura realizadas pela Conferência entre os anos 1992 a 1999, ajudando-nos a analisar a realidade criticamente para agir responsabilmente.

CNBB: 50 anos de compromisso social

D. Demétrio Valentini
Bispo de Jales – SP